

**NIEP
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Tragédia e revolução: uma leitura do debate sobre <i>Franz von Sickingen</i> entre Marx, Engels e Lassalle			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Ana Aguiar Cotrim	Universidade de São Paulo	USP	Doutoranda
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Esta comunicação aborda o debate epistolar sobre <i>Franz von Sickingen – Eine Historische Tragödie</i> de Ferdinand Lassalle, entre Marx, Engels e Lassalle. O debate suscita como questão estética central a oposição entre <i>schillerizar</i> e <i>shakespearizar</i>. Nesses clássicos, Marx e Engels encontram dois modos diversos de composição trágica, distintos centralmente pela maneira de figuração do conflito trágico em sua dimensão universal. Em Shakespeare, a tendência ao concreto, em Schiller a tendência à abstração; em Schiller, a enunciação discursiva, em Shakespeare, a ação presente. Ao contrário de constituírem apenas formas diversas de expressão de um mesmo conteúdo, os meios poéticos moldam a matéria artística e lhe conferem significado, definindo o efeito da obra. Na crítica a Lassalle, Marx e Engels atrelam a escolha da escrita à <i>Schiller</i> às suas insuficientes considerações das lutas de classes, bem como da revolução, providas da abstração própria à perspectiva burguesa, e ao conseguinte falseamento da colisão trágica que pretende retratar.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Tragédia; revolução; Franz von Sickingen			
ABSTRACT			
<p>This paper focuses the epistolary debate on <i>Franz von Sickingen - Eine Historische Tragödie</i>, by Ferdinand Lassalle, between Marx, Engels and Lassalle. As its main aesthetic issue, the debate brings up the opposition between “schillerizing” and “shakespearizing”. In those classic writers, Marx and Engels see two different ways of tragic composition, different ways of portraying tragic conflict in its universal dimension. In Shakespeare, the tendency to concrete, in Schiller tendency to abstraction; in Schiller, the discursive enunciation, in Shakespeare, present action. Those distinct styles are not different ways of expressing the same content. Those means of shaping poetic material create the very meaning of the tragedy, defining the effect of the work. In their approaches of Lassalle’s play, Marx and Engels relate the choice of writing “in Schiller’s way” to the author’s misunderstanding of class struggle and revolution – founded on bourgeois abstract perspective – and the resulting distortion of the tragic collision he intends to portray.</p>			
KEYWORDS			
Tragedy; revolution; Franz von Sickingen			
EIXO TEMÁTICO			
Marx e a transformação social			

Tragédia e revolução: uma leitura do debate sobre *Franz von Sickingen* entre Marx, Engels e Lassalle

Ana Cotrim¹

Entre as passagens da obra de Karl Marx que tratam de temas artísticos e literários, a carta com que tomou parte no debate epistolar sobre o drama *Franz von Sickingen – Eine Historische Tragödie*²(1959), de Ferdinand Lassalle, constitui um momento privilegiado. O debate, entre Marx, Engels e Lassalle, traz questões estéticas para o primeiro plano e apresenta uma análise elaborada, embora muito sucinta, da tragédia em tela.³ Depois de ter o seu drama publicado, Lassalle enviou de Berlim em 6 de março de 1859 três exemplares da peça e uma carta a Marx (Londres). Os exemplares se destinavam a Marx, Engels e Freiligrath. Em 21 de março, escreve a Engels (Manchester). A publicação contava com um prefácio do autor voltado aos fundamentos e desígnios estéticos do drama. Junto às cartas destinadas a Marx e a Engels, Lassalle anexou um manuscrito que versa sobre a “ideia trágica em *Franz von Sickingen*”⁴, no qual explicita a ideia geral que pretende transmitir com seu drama, tocando em temas estéticos em relação com os problemas histórico-filosóficos. Em resposta, Marx e Engels escreveram separadamente a Lassalle. A carta de Marx, escrita em Londres, é de 19 de abril de 1859, e a de Engels, escrita em Manchester, é de 18 de maio de 1859. Em 27 de maio, Lassalle enviou uma réplica conjunta às suas cartas, mas eles julgaram por fim despropositado dar continuidade ao debate, que se conclui com uma carta de Marx a Engels de 10 de junho de 1859.⁵

¹ Doutoranda em Filosofia pela Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Franklin Leopoldo e Silva.

² *Franz von Sickingen: Eine Historische Tragödie*. Stuttgart: Reclam, 1974. Posfácio de Rüdiger Kaun.

³ A correspondência completa, com as cartas de Lassalle, Marx e Engels, bem como o Prefácio da peça escrito pelo autor, encontram-se em HINDERER, W. (Org.). *Sickingen-Debatte*. Darmstadt: Luchterhand, 1974; esta coletânea inclui escritos críticos sobre o debate. Em português, as cartas de Marx e Engels são publicadas em MARX, K.; ENGELS, F. *Cultura, arte e literatura – textos escolhidos*. Organização e Tradução José Paulo Netto e Miguel Makoto Cavalcanti Yoshida. São Paulo: Expressão Popular, 2010. De Lassalle, encontram-se traduzidas uma passagem da Carta a Marx e Engels de 27 de maio de 1859 e a Nota apensa à carta de Marx, de 6 de março de 1859, em MARX, K. e ENGELS, F. *Sobre literatura e arte*. Tradução de Albano Lima. Lisboa: Editorial Estampa, 1974. Coleção Teoria nº 7. Anexo III, pp. 261-276.

⁴ LASSALLE, F. “Aufsatz über die tragische Idee des *Franz von Sickingen*”. In HINDERER, W. (ORG.), *op. cit.*, pp. 20-29. Esse manuscrito conta com uma tradução para o português, que seguimos aqui: MARX, M e ENGELS, F. *Sobre literatura e arte*. Tradução de Albano Lima. Lisboa: Editorial Estampa, 1974. Coleção Teoria nº 7. Anexo III (pp. 261-270). A réplica (“Lassalle an Marx und Engels, Berlin, 27 Mai, 1859”, HINDERER (Org.), *op. cit.*, pp. 53-88) conta com uma tradução parcial, da parte referente à guerra camponesa, na mesma edição portuguesa, pp. 272-276.

⁵ Com exceção da última carta de Marx a Engels, as cartas encontram-se na mesma coletânea de Hinderer. A de Marx ocupa as pp. 37-41, e a de Engels, pp. 46-52. Citamos a partir da tradução brasileira, que inclui a última carta, em MARX, K. e ENGELS, F. *Cultura, arte e literatura – textos escolhidos*, *op. cit.*, pp. 73-81. Alguns pontos da tradução foram alterados para dar uma ideia mais precisa do original.

Essa última carta apenas se refere à réplica de Lassalle com “observações desdenhosas e irritadas”, como diz Lukács em seu texto sobre o debate⁶, e somente no sentido de encerrar a discussão, não contendo nenhum comentário sobre os problemas que envolvem o drama.⁷ Assim, da parte de Marx e Engels, o material do debate propriamente dito se restringe às suas cartas ao autor do *Sickingen*. Cabe indicar que o drama de Lassalle não foi encenado e não teve grande repercussão no campo do teatro e das artes em geral.⁸ As análises existentes se devem antes ao debate que suscitou com Marx e Engels do que ao seu próprio mérito artístico.⁹

1. *Franz von Sickingen – uma tragédia histórica*

A ação se passa nas antigas regiões alemãs da Suábia e Francônia, nos anos de 1521 e 1522, e toma por centro a revolta da pequena nobreza nesses anos, pouco anterior à Guerra dos Camponeses (1525), no contexto da desagregação do feudalismo. Franz von Sickingen é um cavaleiro protestante e vinculado aos ideais de Lutero, defensor de Reuchlin e amigo de Hutten, humanistas luteranos. Partidário da Reforma, opõe-se a Roma não apenas pelas questões religiosas, mas especialmente pelo poder exercido sobre a Alemanha e seu vínculo com a alta nobreza interessada em preservar a fragmentação do Império em principados. Como figura histórica, foi peça-chave na tentativa dos cavaleiros decadentes de enfrentar príncipes seculares e religiosos, buscando beneficiar-se dos saques e confiscos dos bens da Igreja, para manterem a posição que ocupam na sociedade feudal. Seu grupo armado ataca o Arcebispo de Tréveris, mas os príncipes luteranos, que também veem ameaçados os seus interesses, acodem em seu auxílio, e ele é derrotado.

⁶ LUKÁCS, G. “O debate sobre o ‘Sickingen’ de Lassalle”, in *Marx e Engels como historiadores da literatura*. Tradução a partir da edição francesa de Teresa Martins. Porto: Editora Nova Crítica, 1979.

⁷ Vale transcrever a última carta:

“Querido Frederick,

Recebi hoje dois manuscritos. Um magnífico, o teu sobre *fortifications*, mas a propósito do qual sinto remorsos na consciência por ter utilizado o teu escasso tempo livre. O outro, grotesco: uma réplica de Lassalle à minha e à tua crítica ao *Sickingen*. Uma verdadeira floresta de páginas ineptas, ineptas. É incompreensível como, nesta estação do ano e no meio desses acontecimentos históricos, alguém encontre não só o tempo necessário para produzir semelhantes coisas, mas ainda para pretender que nós o tenhamos para lê-las.” (MARX e ENGELS, 2010, p. 81)

⁸ No manuscrito anexo às cartas, Lassalle escreve que entregara ao Königlische Hoftheater, em Berlim, uma cópia manuscrita da versão para teatro, porque era seu desejo que a peça fosse representada anonimamente antes da publicação, para ter certeza de que a recepção fosse objetiva. Em 31 de janeiro de 1859, recebeu a resposta negativa por parte da Intendência Real, e com isso apressou-se em dar ao público o drama literário, não preparado para a representação cênica. Essa é a versão existente do seu *Sickingen*. Nenhuma outra tentativa de levar seu drama ao palco aparece nos materiais.

⁹ O drama tampouco motivou muitas traduções: há uma tradução para o inglês de Daniel De Leon, de 1904 (*Franz von Sickingen: A Tragedy in Five Acts*. Tradução e prefácio de Daniel de Leon (1904). Honolulu: University Press of the Pacific, 2001.); e uma tradução mais recente para o italiano, de Giovanni Scimonello, lançada em 1983, que conta ainda com um estudo introdutório (*Franz von Sickingen: Una Tragedia Storica*. Tradução, Introdução e Notas de Giovanni Scimonello. Pádua: Antenore, 1983). Segui aqui a tradução inglesa, cotejando com o original alemão e a tradução italiana quando necessário. As passagens citadas foram traduzidas por mim desta versão inglesa.

Na peça de Lassalle, esse mesmo ataque ao Arcebispo de Tréveris é figurado como meio para dar início ao plano mais amplo de se voltar contra o Imperador e ocupar ele mesmo essa posição, com vistas a efetivar a *liberdade religiosa* e a *unificação alemã*. Essa luta é também vestida com todos os ideais humanistas renascentistas, bem como ancorada na finalidade da preponderância da Razão.

Em sua figuração da derrota da revolta dos cavaleiros, Lassalle pretende figurar um conflito que, para ele, é próprio a todo processo revolucionário. Com isso, tem a intenção de trazer as razões a que atribui o fracasso das lutas de 1848 na Alemanha, na forma dessa tragédia escrita dez anos depois. Conforme Lukács¹⁰, este conflito único e abstrato existe entre os fins e os meios, entre a ideia abstrata da revolução, o ímpeto revolucionário, e a inteligência prática que conta com meios finitos. Nos termos de Lassalle, toda derrota revolucionária advém de uma falta de “confiança imediata da Ideia na sua força própria e o seu caráter infinito” e um excesso de consideração pela “política realista”, sendo que “realismo político” significa para ele “contar apenas com os meios finitos dados” (*Apud.* LUKÁCS, 1979, pp. 11-12). Sua tragédia é construída a fim de explicitar e defender essa sua tese acerca da tragédia de toda revolução.

A peça tem início pouco depois que Franz von Sickingen, cavaleiro muito poderoso por sua força militar, assegura ao Rei da Espanha e de Nápoles, neto de Maximiliano I (Imperador Romano-Germânico que acabara de morrer), a sua eleição a Imperador do Sacro Império Romano-Germânico, tornando-se Carlos V. Essa eleição tinha como votantes sete príncipes-eleitores do império, que escolheram Carlos em detrimento de Francisco I da França, em grande medida pelas manobras militares de Sickingen. Sabemo-lo pelo diálogo inicial entre Baltasar Slör e Maria, respectivamente o fiel secretário e confidente e a filha do protagonista, que se passa no seu principal feudo, o forte de Ebernburg. Ao longo da peça, Baltasar parece ser o porta-voz do autor, e aqui caracteriza Sickingen como excelente orador e gênio militar, partidário da justiça e da *honra*.

Luterano, defensor de Reuchlin e amigo de Ulrich von Hutten, humanistas luteranos, opõe-se a Roma não apenas pelas questões religiosas, mas especialmente pelo poder exercido sobre a Germânia no interesse de preservar sua fragmentação em principados. O segundo ato nos dá a conhecer os motivos de seu apoio a Carlos: pretende que este Imperador imponha uma luta aberta contra os Príncipes e Roma, a fim de estabelecer a unidade nacional e a liberdade religiosa. De um lado, o luteranismo já penetrou nas massas e representa os anseios do povo; de outro lado, a destituição do poder dos príncipes conduziria à restituição do antigo Império germânico, sobre a base da força da pequena nobreza militar, a cavalaria. Considerando que, com o apoio de Lutero,

¹⁰ LUKÁCS, G. “O debate sobre o ‘Sickingen’ de Lassalle”, in *Marx e Engels como historiadores da literatura*. Porto: Editora Nova Crítica, 1979.

Carlos poderia livrar-se do poder papal e tornar-se de fato único senhor de um Império unificado, Sickingen lhe oferece o seu apoio militar.

Diante da recusa do Imperador, e com o posterior banimento que proclama a Lutero, Sickingen concebe o plano de enfrentar os Príncipes e fazer-se, ele mesmo Imperador. Conta com inúmeros exércitos aliados entre os cavaleiros. Seu amigo Hutten, também banido pelo Império e asilado em Ebernburg, principal burgo de Sickingen, expressa da seguinte maneira a sua ideia para a realização deste plano:

O caminho é óbvio. Só existe um. Hastear sua bandeira; erguer um exército; à sua volta chamar seus aliados; então, em armas, demandar do Imperador *liberdade de religião!* Todas as grandes cidades se reunirão em torno de seu estandarte; mesmo os Príncipes, inclinados à nova doutrina, embora invejosos de vós, tendem a emprestar-vos suporte, ao menos a não oporem-se. (LASSALLE, 2001, 63-64)

Hutten pretende, assim, que Sickingen se lance com os aliados em luta aberta e direta contra o Imperador. Mas Sickingen o considera prematuro. Para ele, antes de mais nada, alcançar a liberdade religiosa não garantiria a unidade nacional, mas ao contrário, colocaria em oposição os vários príncipes defensores de diferentes doutrinas e faria de cada um “um Kaiser em seus domínios”. Em segundo lugar, a luta é ainda prematura. Considera que a estratégia adequada é, antes de abrir a luta direta contra o Imperador e Príncipes, tomar o principado de Tréveris, um dos mais fortes e estratégicos, e com ele tomar para si a dignidade eleitoral.

Cabe apresentar os Príncipes-Eleitores figurados na peça. Inimigo declarado de Sickingen desde o início é o Arcebispo Ricardo de Tréveris, romanista e defensor dos direitos dos príncipes. Os demais são Ludwig, conde do Palatinado, romanista, mas cuja casa se liga à casa de Sickingen por amizade e favores mútuos e para quem Franz consegue favores de Carlos V; e Filipe, Landgrave de Hesse, inimigo de Sickingen, mas luterano. Ciosos de seu poder militar e da proximidade de Sickingen com o Imperador, concebem um pacto de ajuda mútua no caso de contendas.

Com a ajuda de Hutten e Baltasar para o recrutamento dos exércitos aliados, organiza em torno de si uma federação de cavaleiros para atacar Tréveris. A justificativa da investida, entretanto, recai sobre uma desavença entre Ricardo de Tréveris e um certo cavaleiro Hilchen Lorch, em razão do pagamento pelo resgate de dois prisioneiros. Em nome dessa pequena querela e como fiador do acordo, Sickingen pretende tomar o burgo inimigo, com seus cavaleiros federados. Tanto pelos seus objetivos – liberdade religiosa, unidade nacional e restituição do antigo Império germânico – como pelo modo como se aproxima das questões – fidelidade ao Imperador, obrigações da *honra*, Sickingen caracteriza-se como cavaleiro, representante dos antigos ideais desta classe. Mais ainda, busca ocultar seu projeto por trás de uma *querela de cavaleiros*.

Sickingen organiza em torno de si uma federação de cavaleiros para atacar Tréveris, contando com a ajuda de Hutten e Baltasar para o recrutamento dos exércitos aliados. Sickingen descreve os cavaleiros federados: “*Acima de todos os outros sois vós os homens livres da Alemanha!*” (LASSALLE, 2001,84). O pacto da federação é feito sob tradicional juramento de cavaleiros, com as espadas sobre a Bíblia, e definem unanimemente Sickingen como líder. A cena da reunião com os cavaleiros contém a primeira referência mais significativa de nosso protagonista aos camponeses e plebeus, que vale transcrever:

Como vós a mim, a vós juro minha fidelidade. Com a ajuda de Deus um bom líder serei para vós, um Žižka¹¹ para toda a Alemanha. Logo tereis notícias minhas. Por enquanto, mantende-vos prontos. Ampliai vossos armamentos com meios prudentes e oportunos. Sobre todas as coisas, prescrevo-vos o seguinte: Que nenhum de nós se envolva em querelas com nenhuma cidade! Neste ponto, foi demasiado que pecamos no passado, nos tempos de imaturidade. Os tempos mudaram, e com eles as suas leis. As cidades, com seu poderoso impulso à justiça e à liberdade, designam-se claramente como nossas aliadas na grande luta. O amor pela liberdade que os cidadãos e os artesãos incitam, que se oculta atrás das muralhas, e é movido pelo brilhante Espírito da Época, torna-os os pilares mais sólidos de nossa estrutura. *A eles* cultivai. Poupai o *camponês*! Ele está pronto para livrar seus ombros do jugo papal, cuja opressão lhe é ainda mais pesada que a nós. Não a nós: aos *Príncipes* ele odeia. De bom grado se unirá a nós, se recorrermos à justiça no tratamento com a sua classe. O *camponês* já antes tomou de nós a *liderança* contra a tirania dos Príncipes. Recordai o pobre Koontz! Foi vencido; contudo, poucos anos mais tarde, nós mesmos fomos forçados a descansar a lança contra o Duque Ulrich, lorde-autocrata de Wurtemberg, que violava os nossos direitos tanto quanto os dos trabalhadores da terra. Se um dia o Deus da Guerra, matador de homens, atravessar a nação, dividindo o reino em dois campos opostos, então será o *camponês*, com punho forte, oportunamente liberto, que arbitraré o jogo férreo, decidirá o destino final de nosso grande reino. Considerai isso! (LASSALLE, 2001, 86-87)

Chama a atenção na fala de Sickingen que as finalidades comuns de cavaleiros e classes populares se caracterizem como uma novidade, algo que contradiz as relações mantidas até o momento. Os cavaleiros federados, luteranos, precisam ser informados de que artesãos, camponeses e cidadãos não são seus inimigos, mas sim seus aliados contra um inimigo comum. As referências a outros levantes anteriores, tanto de camponeses como da pequena nobreza, em que nosso Franz destaca o inimigo comum, aparecem como revoltas paralelas, sem real aliança entre cavaleiros e camponeses, o que é historicamente justo. A última consideração da passagem afiança que o *camponês liberto* será no futuro responsável pelo destino do reino. Contudo, fica claro que no momento é a pequena nobreza que levará adiante a sua luta *nacional*. Isso porque o discurso não se traduz em ações: não há neste momento nenhum movimento de Sickingen, Hutten, Baltasar ou demais cavaleiros para uma aliança com as classes populares, nem mesmo com os camponeses que, como se evidenciará no último ato da peça, já se encontram na arena de luta.

No mundo criado de Lassalle, a atitude de Sickingen de não demandar abertamente o apoio das massas à sua revolta é coerente com seu plano. Nem mesmo toda a força dos cavaleiros aliados

¹¹Jan Žižka foi um general checo e líder hussita lendário por jamais ter perdido uma batalha, mesmo ao final de sua vida, quanto lutou cego.

ele pretende reunir para o ataque a Tréveris. Os aliados de Sickingen são apenas os cavaleiros, que conhecem seu objetivo final mantido oculto dos supostos aliados das camadas populares. Mantêm discrição quanto a essa finalidade, atuando na batalha como associados numa querela pessoal. Como Marx ressaltará em sua carta, o modo como Sickingen inicia a sua luta é coerente com a sua forma de ser e agir até o momento, uma típica querela entre cavaleiros, que conta apenas com cavaleiros.

Sickingen não contava com o fato de que o Príncipe, cioso de seu poder militar e de sua proximidade com o Imperador havia concebido um pacto de ajuda mútua com dois outros príncipes,¹² e que não comprariam essa justificativa típica da honra da cavalaria. Logo enxergam a ameaça e, de uma situação militarmente vantajosa, Sickingen passa a desvantagem e é obrigado a recuar. Do interior dos muros de Tréveris, cidadãos plebeus discutem a possibilidade de apoiar Sickingen, mas a ideia de uma querela privada entre ambos os faz recuar. Esses dois sucessos servem claramente à construção da tese central de Lassalle, acerca do “erro trágico” de Sickingen, que Marx desmascara em sua carta.

O levante final, aberto contra Imperador e Príncipes fica marcado para a primavera seguinte, mas falha pela providência dos inimigos, que o cercam e prendem no burgo de Landstuhl. Cavaleiros retardam, temerosos das ameaças imperiais, a enviar ajuda a Sickingen, e sua situação se torna desesperada. Com o protagonista preso em seu forte, que ameaça ruir sob os ataques, Lassalle encontra ensejo de expressão, pela boca de Baltasar, a sua concepção sobre o principal erro de Sickingen, a ação verdadeiramente responsável pela situação em que se encontra neste momento:

Oh, não chames *acaso* o que é *feito*! *Porque* não podemos contar com o acaso, é tolice colocar sobre sua cabeça escorregadia o destino da época. Era ainda muito cedo? Deverias então ter sabido esperar com calma. Mas uma vez que te lançaste à luta, teu papel era inscrever na tua bandeira, em letras grandes, plenamente legíveis, *A reforma da Igreja e do reino*; ou, melhor ainda, por força do título e do direito, com arrojo proclamar-te Imperador. Desacorrentar o fluxo da Nação, que os bancos retêm dolorosamente. Seria mais sábio do que brincar de cabra-cega com teus *amigos* – jogo que não *cegou* nem um único de seus *inimigos*. Bem calculado, dizes? Sim! Foi exatamente isso! Foste vencido por tua própria *astúcia*. O feito maior poderias ter realizado; o menor não! Oh, não és o primeiro nem serás o último a quebrar o pescoço por tentar a *astúcia* em coisas grandiosas. O disfarce nunca se manterá no palco da história, onde, no tumulto das massas, conhece-se o homem apenas por sua armadura e suas armas. Por isso, envolve-te corajosamente dos pés à cabeça em *tuas verdadeiras cores*. Então entrarás na luta imensa com todos os recursos de tua verdadeira finalidade, para vencer ou cair no mais pleno exercício de todas as suas forças. Não é a tua queda o que mais choca, mas que caís no mais pleno florescimento de tua força inconquistada, indisponível. É *isso* o que um herói menos suporta. (LASSALLE, 2001, 121-122)

¹² Os outros príncipes são Ludwig, conde do Palatinado, romanista, mas cuja casa se liga à casa de Sickingen por amizade e favores mútuos e para quem Franz consegue favores de Carlos V; e Filipe, Landgrave de Hesse, inimigo de Sickingen, mas luterano.

A concepção de Baltasar é de que a derrota é devida à dissimulação de sua verdadeira finalidade, o que impediu seus aliados de se juntarem a ele na luta. A aliança com os camponeses e as cidades deveria ter sido proposta desde o início. A fala de Baltasar pressupõe que os objetivos da revolta de Sickingen e Hutten são compatíveis com as reivindicações que moveram as revoltas camponesas, bem como com os interesses dos cidadãos pobres, de modo que a aliança de cavaleiros, camponeses e cidades seria factível desde o início. Com isso, a vitória, se não garantida, seria ao menos muito provável.

É muito significativo, contudo, que apenas no último ato Lassalle introduza a única figura representante daquele que foi, segundo Marx, “o acontecimento mais radical da história alemã”, a Guerra dos Camponeses. A figura é Joss Fritz, líder do *Bundschuh*.

Bundschuh é o nome do movimento responsável por uma série de levantes camponeses no sudoeste alemão entre 1493 e 1517, anteriores à Guerra dos Camponeses de 1525. O movimento foi composto de levantes relativamente isolados em várias regiões, e suas demandas respondiam à pesada carga que se impunham aos camponeses durante a desagregação do feudalismo: diminuição dos impostos e dízimos, da carga de trabalho, reforma do arbitrário sistema de justiça – muitas vezes empregado para arrancar pagamentos – liberdade com relação aos laços de servidão e outros. Além dessas exigências, e com base no luteranismo que permeou as revoltas desse período, tanto as da nobreza como as dos camponeses, pediam liberdade religiosa e a permissão de ler diretamente a Bíblia, considerada fonte única de autoridade religiosa.

Lassalle faz Hutten se encontrar casualmente com Joss Fritz em uma estalagem; o cavaleiro, em seu caminho de volta de Zurique, para onde fora incumbido de fazer recrutamentos entre os aliados nobres; Fritz, sob disfarce, realizando uma reunião com os líderes camponeses que preparavam a sua sublevação. Vale detalhar o encontro, que caracteriza bem as ilusões de do autor.

Quando Hutten entra na estalagem onde se passa a reunião dos camponeses, Joss Fritz, que chegara disfarçado, retoma a sua barba falsa e outros truques. Mas, ao reconhecê-lo, fala para si:

Não há dúvida, é ele! Que favorável coincidência! Deixar o acaso escapar, Joss Fritz, seria estúpido – sim, decididamente mais estúpido do que te convém! Como esse encontro de repente amadurece ao mais pleno vigor os pensamentos nebulosos, os planos que formulei vagamente, e as esperanças que nutri em silêncio! Vamos! Se há alguém que pode persuadi-lo, é ele – e ele é aquele que também tem a vontade. Se alguma vez o momento foi adequado, é agora! /.../ (LASSALLE, 2001, 130)

Ao se apresentar, é também reconhecido por Hutten, que diz: “De qualquer forma, um encontro melhor não poderia ser pré-arranjado.” (p. 130)

Joss Fritz coloca-o também a par da organização da sublevação camponesa, que conta com no mínimo oitenta mil camponeses, de vários distritos, prontos e alertas ao seu sinal. Revela, então, o plano que “formulou vagamente”, “pensamentos nebulosos”, as “esperanças alimentadas em silêncio”, que à vista de Hutten amadureceram: propõe-lhe que a insurreição camponesa seja

liderada por Sickingen, com a condição de que ele jure fidelidade aos Doze Artigos dos Camponeses:

Hutten: E quais são as condições?

Joss Fritz: Uma apenas; aquela de que te falei. Será jurado o nosso líder – deve jurar os artigos, os doze; assim como coluna de fogo de Jeová, um manifesto flamejante deve marchar diante de todos nós! Sua posição, seguidores e incomparável gênio militar multiplicarão nossa força. Com um chefe como esse, é certo que a vitória será nossa. Não podemos esperar ver outra hora melhor! Diz a teu Žižka, se consentir, que sua anuência fará descer aos vales um sinal ardente, acenderá os céus da Alemanha, e tornará em cinzas o nosso inimigo comum.

Hutten [Solenemente]: Tanto quanto um homem pode falar por outro, com minha mão jurarei agora esse consentimento do fundo do coração de Franz. [*Estende a mão a Joss, que a toma calorosamente*] (LASSALLE, 2001, 134-135)

Vemos como, para Lassalle, se poderia efetivar a aliança entre cavaleiros e camponeses. Veremos que a impossibilidade real dessa aliança é um dos pontos centrais da crítica de Marx à peça de Lassalle. Mas Lassalle faz um cavaleiro jurar fidelidade aos Doze Artigos dos Camponeses, quer dizer, tomar a medida desesperada de abdicar de sua condição de cavaleiro, justamente quando já é tarde demais. Na tentativa de fuga, única saída possível para tentar encontrar seus novos aliados, Sickingen é ferido de morte. Sobre o seu cadáver, Hutten prenuncia a derrota dos camponeses e clama aos revolucionários dos séculos vindouros que prossigam na luta de seu amigo.

Fica assim demonstrada a tese de Lassalle: entre outros erros estratégicos, Sickingen comete o *erro trágico* de não declarar abertamente a sua finalidade e não apelar diretamente à nação, à massa dos camponeses e plebeus, que tinha força revolucionária. Sucumbiu à sua astúcia, à falta de confiança no ímpeto revolucionário.

2. A crítica de Marx: tragédia e história

Desde logo, Marx responde à intenção de Lassalle, sugerida em seu manuscrito anexo às cartas, de figurar, no destino de Sickingen e na derrota dos nobres em 1522, os motivos que conduziram à derrota do partido revolucionário de 1848-49 na Alemanha. Pretende mostrar que a peça não corresponde a essa intenção do autor, que dez anos após a derrota buscava retratar no destino do *seu* Sickingen, como Lassalle insiste na réplica, as tensões profundas que conduziram àquela derrota (1848-49). Marx felicita a ideia de criar uma tragédia que figure essa derrota, mas opõe-se à escolha do Sickingen como tema *desta* tragédia. As críticas ao drama, que se dirigem ao seu conteúdo histórico e forma estética, partem desse problema.

A carta tem início, pois, com um elogio à peça pela “composição e vivacidade da ação”, bem como pelo *conflito* que procurou figurar:

A colisão que ideaste não é apenas trágica: é aquela trágica colisão que conduziu o partido revolucionário de 1848-1849 ao seu lógico fracasso. Portanto, só posso aplaudir a ideia de convertê-la no eixo de uma tragédia moderna. (MARX e ENGELS, 2010, 73)

Marx ressalta que o conflito que Lassalle pretende figurar é objetivamente trágico. Sobre isso, a célebre passagem acerca da queda trágica do antigo regime na França e seu fim cômico na Alemanha, na *Introdução de 1843*,¹³ lança luz à concepção de Marx sobre a imanência da tragicidade em certas colisões históricas:

O *ancien régime* teve uma história trágica, uma vez que era o poder estabelecido do mundo, ao passo que a liberdade era uma fantasia pessoal; numa palavra, quando acreditou e tinha de acreditar na sua própria legitimidade. Enquanto o *ancien régime*, como ordem do mundo existente, lutou contra um mundo que estava precisamente a emergir, houve da sua parte um erro histórico, mas não um erro pessoal. O seu declínio, portanto, foi trágico. (MARX, 2005,148)

Aqui, o trágico existe na medida em que as partes em conflito estão, ambas, justificadas em sua luta por prevalecer sobre a outra. Embora o antigo regime estivesse fadado a desaparecer pelo próprio evoluir da história, os seus representantes que enfrentam o surgimento da nova ordem têm de lutar pela sua própria existência social. Sua luta é heroica e sua derrota é necessária – nessas condições, sua história é trágica.

Pertencendo-lhes a tragicidade como traço próprio, os diversos conflitos que envolvem a dissolução do antigo regime são apropriados como matéria da conformação artística trágica – e de fato o foram e, entre muitos outros, por ninguém menos que Shakespeare. Marx escreve que “o desaparecimento de classes de outrora, como a cavalaria, pôde dar matéria a grandiosas obras de arte trágicas”. Aqui, trata-se do desaparecimento heroico de instituições e classes sociais de origem feudal que não poderiam ter outro destino, porque a sua luta visa o que já está a tornar-se *passado*. O sentido positivo da sua queda trágica não reside no conteúdo da sua luta, mas sim na vitória das instituições da nova forma social que, com todas as contradições inerentes, logrou romper com as amarras da servidão, da vassalagem e do sangue.

O conflito que Lassalle quer retratar não é apenas trágico, mas uma colisão trágica específica, a derrota dos revolucionários de 1848 na Alemanha. O caráter objetivamente trágico dessa derrota não é daquele mesmo tipo. Na França, as jornadas de junho de 1848 caracterizaram uma revolução do *trabalho*, e sua derrota advém do desenvolvimento ainda restrito das relações capitalistas de produção, por conseguinte, do caráter incipiente da classe operária e do movimento. A contrarrevolução burguesa massacrou os revolucionários na condição de classe plenamente

¹³MARX, K. “Crítica da Filosofia de Hegel – Introdução”, publicado como Apêndice em MARX, K. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. Supervisão e notas de Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2005. Esse texto foi escrito em Paris e publicado nos *Anais Franco-Alemães*, periódico em que Marx havia de colaborar, mas que contou com apenas um número lançado em fevereiro de 1844, no qual também foi publicado *Sobre a questão judaica*.

estabelecida como dominante, tendo já vencido aquelas classes que se opunham à sua dominação, os representantes do antigo regime. Marx escreve em um de seus artigos da *Nova Gazeta Renana*:¹⁴

Os trabalhadores parisienses foram *esmagados* pela superioridade numérica, não foram *abatidos* por ela. Foram *batidos*, mas seus opositores foram *vencidos*. O triunfo momentâneo da força bruta foi comprado com o aniquilamento de todas as mistificações e ilusões da revolução de fevereiro, com a decomposição de todo o velho partido republicano, com a cisão da nação francesa em duas nações, a nação dos proprietários e a nação dos trabalhadores. (MARX, 2010, 126, nº29)

Vemos que a derrota dos revolucionários franceses em 1848 é para Marx *momentânea* – devida apenas à sua desvantagem de força e número. A positividade da derrota reside em ter encontrado a verdadeira finalidade da sua luta e na “perda de suas ilusões”, opondo a finalidade da revolução social aos ideais burgueses da revolução política, e assim afirmando a perspectiva de futuro que se encarna na classe proletária.

Na Alemanha, as revoluções de 1848 tiveram um caráter diverso. Econômica e politicamente atrasada e fragmentada, a Alemanha mantinha em grande medida uma base feudal – a maioria da população trabalhadora era camponesa ligada à terra pelos laços da servidão e a classe dominante ainda se compunha de uma aristocracia, embora aburguesada. A indústria nascente se concentrava na região renana da Prússia, onde surgira uma burguesia local e a classe operária era incipiente e pouco numerosa. A burguesia tinha o interesse de estabelecer um estado propriamente burguês e promover a unificação da Alemanha: tratava-se de uma tentativa tardia de revolução burguesa.

Contudo, as lutas na França haviam já estabelecido o proletariado como classe que lhe é oposta. Por conseguinte, o pequeno proletariado alemão tinha consciência de que a revolução burguesa não realizaria os interesses da sua classe; e a grande massa de camponeses e artesãos, que em princípio encontravam na burguesia um aliado na luta contra a servidão, também já se tornara demasiado revolucionária para o estreito horizonte burguês. Pelas suas condições objetivas, a burguesia dependia, para fazer a sua transição, da aliança com as classes revolucionárias do proletariado, dos camponeses e artesãos. Mas a partir da experiência radical francesa, tinha consciência da ameaça popular. Marx escreve que “cada classe, no preciso momento em que inicia a luta contra a classe superior, fica envolvida numa luta contra a classe inferior” (MARX, 2005, 155). Sufocando os levantes populares, a burguesia aliou-se à aristocracia. Com isso, “fez a contrarrevolução de seus próprios déspotas” (MARX, 2010, 259, nº136), e acabou derrotada.

Marx mostra que a Alemanha desse período não poderia realizar a sua revolução burguesa, de modo que as conformações do estado aristocrático apenas seriam vencidas por uma revolução radical que suprimisse as próprias barreiras políticas, ou seja, pela emancipação social. Contudo, o

¹⁴ MARX, K. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo, EDUC, 2010. Tradução e apresentação de Livia Cotrim.

atraso no desenvolvimento produtivo e conseguinte imaturidade da classe revolucionária consistiam em obstáculo a essa realização:

Como poderia a Alemanha, em *salto mortale*, superar não só as próprias barreiras, mas também as das nações modernas, isto é, as barreiras que na realidade tem de experimentar e atingir como uma emancipação das suas próprias barreiras reais? Uma revolução radical só pode ser a revolução das necessidades reais, para a qual parecem faltar os pressupostos e o campo de cultivo. (MARX, 2005, 153)

Impossibilidade de o proletariado alemão lançar-se na luta por seus próprios interesses de classe, em função da ausência dos pressupostos reais, eis o caráter trágico da derrota dos revolucionários de 1848 na Alemanha. Na carta a Lassalle, esse traço trágico do conflito é reconhecido por Marx, que aplaude a ideia de tomá-lo como matéria para a construção de uma *tragédia moderna* – moderna, portanto diversa daquela que conforma a queda de classes e instituições do antigo regime.

Dessa distinção advém a crítica à obra lassalleana: “No entanto, pergunto-me se o tema que escolheste é adequado para representar um tal conflito” (MARX e ENGELS, 2010, 74). O tema pressupõe certa analogia entre as lutas de Sickingen e as lutas do partido revolucionário em 1848. As críticas de Marx caminham no sentido de mostrar a ausência de tal analogia, antes de mais nada pelo sentido necessariamente não-revolucionário da cavalaria no contexto da dissolução do feudalismo.

Marx prossegue enfocando diretamente a tese central da peça:

É claro que Baltasar pode imaginar que Sickingen venceria se não tivesse revestido a sua revolta com a aparência de uma querela entre cavaleiros e se, ao contrário, tivesse levantado a bandeira da luta contra o poder imperial e da luta aberta contra os príncipes. Mas podemos nós compartilhar dessa ilusão? (Ibid.)

Significa que, mais que um erro estratégico, a união dos cavaleiros revoltosos com a massa camponesa é uma impossibilidade objetiva. Uma olhada nos Doze Artigos revela que as exigências dos camponeses superavam muito a finalidade da Reforma e da unidade nacional: fim dos laços de servidão, retomada das terras comunais, eleição dos pastores e autoridade regulares pela comunidade, redução do dízimo, fundo de caridade com o excedente do dízimo, redução de serviços e pagamentos à parte por serviços não acordados previamente, direito de caçar, pescar e cortar madeira, supressão do imposto sobre a morte etc. Com efeito, essa impossibilidade histórica faz com que a cena de Hutten e Joss Fritz cause à leitura uma grande estranheza, uma vez que sua luta se voltava também contra essa pequena nobreza cavaleira, que lhes oprimia tanto quanto a alta esfera dos Príncipes. Na sua carta a Lassalle, Engels escreve: “A meu juízo, a nobreza imperial da época não se propunha uma aliança com os camponeses, interdita pelo fato de viver graças às rendas obtidas com a sua exploração” (MARX e ENGELS, 2010, 79). Assim, as reivindicações dos

camponeses se opõem diretamente aos interesses da cavalaria, e mesmo Lassalle, a quem a sua aliança deveria ter sido proclamada desde o início, pode incluí-las entre as bandeiras de seus heróis.

A revolta de Sickingen e Hutten tem, para Marx um significado muito diverso. Ao contrário de Lassalle, que busca dissociar os interesses de Sickingen dos interesses naturais da classe a que pertence, Marx desvenda os interesses da classe subjacentes ao discurso emprestado da modernidade. Ao fazê-lo, traz à tona não apenas certa incongruência da peça com os movimentos da história, mas uma contradição inerente ao próprio drama, como construção artística. Seguimos o seu raciocínio na carta:

Sickingen /.../ não fracassou por causa de sua própria astúcia. Fracassou porque se rebelou contra o existente ou, mais precisamente, contra a nova forma do existente, mas porque o fez na condição de *cavaleiro e representante de uma classe agonizante*. (MARX e ENGELS, 2010, 74)

Quer dizer que, se a história de Sickingen constitui uma tragédia, é a tragédia de *da classe fadada a desaparecer pelo evolver histórico*. Sickingen combate o imperador “somente porque este deixou de ser o imperador dos cavaleiros para sê-lo príncipes”. As “consignas de unidade e liberdade” da pequena nobreza revoltosa “ocultavam o sonho do antigo império e do direito do mais forte”. Assim, embora Lassalle busque atribuir aos discursos de Sickingen ideias próximas aos ideais revolucionários do período, “Sickingen e Hutten teriam de fracassar porque eram revolucionários apenas em sua imaginação” (*Ibid.*).

O revolucionarismo imaginário de Sickingen e Hutten se manifesta na peça de diversas maneiras. Uma delas é a bandeira da liberdade de imprensa. Além de figurar nas falas os heróis, Sickingen estabelece em seu forte uma prensa, onde se reproduziam os panfletos e escritos por Hutten, e que é oferecida a Lutero. Para além disso, há o discurso do Cardeal Núncio sobre os perigos enfrentados pela Igreja, em que situa os ideias da Reforma no escopo mais amplo da perspectiva humanista do Renascimento, bem como a prioridade da Razão, que identifica aos protagonistas. Essas ideias refletem a nova organização social à qual o feudalismo – e com ele a cavalaria – começava a sucumbir. Mas, vale lembrar, as reivindicações camponesas não aparecem nem mesmo nesses discursos.

A própria ação de Sickingen, contrariando seus discursos, acaba por trair a sua verdadeira alma de cavaleiro, que luta por manter a posição de sua classe, pertencente essencialmente ao *passado*. Nas palavras de Marx:

O fato de começar a sua rebelião sob a forma de uma querela entre cavaleiros significa simplesmente que a começa *à moda dos cavaleiros*. Se a tivesse iniciado de outro modo, seria obrigado a apelar, diretamente e desde o primeiro momento, às cidades e aos camponeses, ou seja, àquelas classes cujo desenvolvimento equivale à negação da cavalaria. (*Ibid.*)

Mostra-se, assim, que o que move a ação de Sickingen não é a sua astúcia, mas sim sua propensão própria de um cavaleiro. Como tal, ele não poderia agir de outro modo. Significa que sua

individualidade não se ergue autônoma à sua condição de cavaleiro, mas a partir dessas condições mesmas, e portanto carrega, na sua forma individual específica, certos traços que pertencem em comum aos cavaleiros. Sua perspectiva se volta ao passado, à posição de independência da cavalaria com relação aos príncipes e a subordinação única e direta ao imperador. A primeira tentativa de Sickingen, de conquistar o imperador para a sua causa contra os príncipes, o demonstra diretamente. Mostra-o também a valorização da honra nas ações de Sickingen ao longo de toda a peça, embora os objetivos que tinha em mente e discurso pudessem contrariá-lo.

Marx escreve:

Os representantes nobres da revolução, cujas consignas de unidade e liberdade ocultavam o sonho do antigo império e do direito do mais forte, não deveriam, portanto, concentrar o interesse na escala em que o fizeram no teu drama. (Ibid.)

A escolha do tema encontra em Lassalle um fundamento além da opção puramente estética. A atribuição da perspectiva revolucionária a Sickingen reflete a crença no potencial revolucionário da burguesia de 1848. György Lukács, em sua análise deste debate, observa que Lassalle, alinhava-se à “ala da extrema esquerda da burguesia democrata alemã que acarinhou a esperança de constituir uma frente única democrática burguesa-proletária contra as “forças antigas” e de assim realizar uma revolução burguesa séria” (LUKÁCS, 1979, 13).

Mas, os *verdadeiros revolucionários* alemães de 1848 não eram os burgueses. Para retratar o tipo de tragédia representada pela derrota dos *proletários*, Marx propõe que o drama de Lassalle deveria tomar como eixo, em lugar da revolta da nobreza, as lutas camponesas: “Inversamente, os camponeses (em especial) e os elementos revolucionários das cidades deveriam compor o fundo ativo essencial.” (MARX e ENGELS, 2010, 74)

Engels havia, quase dez anos antes, estabelecido uma comparação entre as revoluções de 1848 e a guerra camponesa de 1525. A analogia é centrada na fragmentação alemã tanto com referências às inúmeras regiões econômica e politicamente independentes, como também, no interior dessas regiões, às inúmeras classes e frações de classes. Engels argumenta que a derrota das lutas camponesas resultou dessa fragmentação: as várias classes precipitaram-se no movimento sem o apoio umas das outras, e nenhuma delas conseguiu unir as outras em torno de si. No interior da classe camponesa, a dispersão fez com que os camponeses de uma região não apoiassem praticamente os camponeses de outras, de modo que exércitos pouco numerosos puderam derrotá-las uma a uma individualmente.

De acordo com Engels,¹⁵ também em 1848 as classes precipitaram-se no movimento como classes opostas entre si e que agiam por conta própria: “O particularismo dos camponeses em 1525

¹⁵ENGELS, F. “As guerras camponesas na Alemanha”, in *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. Trad. Eduardo L. Nogueira e Conceição Jardim.

não pôde ser maior do que o de todas as classes que participaram no movimento de 1848” (ENGELS, 2008, 160).

Marx continua: “/.../ Por acaso não cometeste, em alguma medida, o mesmo diplomático erro do teu Sickingen, colocando a oposição dos cavaleiros luteranos acima da oposição plebeia de Münzer?” (MARX e ENGELS, 2010, 74). Engels descreve Thomas Münzer como o líder mais radical e “figura mais gloriosa” do movimento dos camponeses. Encarnava as reivindicações das minorias mais radicais entre os camponeses e plebeus, propondo a igualdade cristã e a comunidade de bens. Essas propostas excediam muito a possibilidade concreta de instauração. A ausência de condições materiais sobrepujava a vontade dos insurretos e a progressão real do movimento revolucionário: “A classe que representava acabava de nascer e não estava, de modo algum, completamente formada nem podia subjugar e transformar toda a sociedade” (ENGELS, 2008, 145).

A opção de Lassalle pelo Sickingen mostra certa incompreensão não apenas das lutas de 1848, mas também dos movimentos de início do século XVI. Com respeito a esse período da história, Lassalle também desconsidera o caráter retrógrado dos cavaleiros e despreza o revolucionarismo efetivamente presente nas classes camponesas e plebeias – em verdade, entende o campesinato desse período como uma classe tão reacionária quanto a nobreza, da qual o seu Sickingen se destacaria. Para Lukács, é o seu ponto de vista burguês que o faz tomar o Sickingen como referência revolucionária (cf. LUKÁCS, 1979, 58-61).

Sem desconsiderar todas as diferenças específicas entre os dois momentos históricos, as semelhanças existentes entre a condição de Münzer como “revolucionário prematuro”, para usar os termos de Lukács, torna o seu destino um material adequado à conformação artística da tragédia sofrida pelo proletariado alemão de 1848. Em ambos os casos, os revolucionários encontram na ausência de pressupostos reais a impossibilidade de lutarem pelos interesses de sua própria classe.

A analogia tem ainda um outro fundamento: o atraso alemão, ou *miséria alemã*, como Marx a denomina. O atraso alemão é posto a descoberto por Marx já na *Introdução de 43*:

Se quisermos nos ater ao *status quo* alemão, mesmo da maneira mais adequada, isto é, negativamente, o resultado seria ainda um *anacronismo*. A própria negação do nosso presente político é já um fato poeirento no quarto de arrumações histórico das nações modernas. Posso até negar as perucas empoadas, mas fico com as perucas desempoadas. Se nego a situação alemã de 1843, dificilmente atinjo, segundo a cronologia francesa, o ano de 1789, e ainda menos o centro vital do período atual. (MARX, 2005, 146)

Marx atesta aqui a discrepância quanto às condições sociais, políticas e econômicas entre a Alemanha e as nações modernas, França e Inglaterra. Distinguem-se aqui diferentes modos de objetivação do capitalismo, diferentes constituições de classes e relações entre elas, diferentes formas do Estado. Na França, o ano de 1789 é um marco na luta contra o Estado medieval e o domínio político da aristocracia, contra o antigo regime, e o início da sobreposição da burguesia

sobre a aristocracia no campo da dominação política, no Estado. Na Inglaterra, um século antes da França, a monarquia constitucional já rompera com os principais entraves políticos ao livre desenvolvimento do comércio e da indústria, estabelecendo um domínio prático da burguesia.

Na Alemanha, ao contrário, a forma feudal das relações políticas era predominante. Engels afirma que, embora a vigência e força do feudalismo variassem nas várias regiões da Alemanha, apenas estava extinto na “margem esquerda do Reno”, ou seja, na região renana da Prússia, onde a industrialização se desenvolvera com a inserção das máquinas a vapor e se formara uma burguesia industrial, acarretando as relações sociais próprias da forma burguesa. Mas nas relações políticas predominam as estruturas de poder do antigo regime. A nobreza feudal “então extremamente numerosa e em parte muito rica” (ENGELS, 2008, 168) ocupava os cargos mais altos do governo, a burocracia e comandava o exército. A pequena nobreza mantinha a supremacia feudal sobre os camponeses e as isenções de impostos, embora fosse politicamente dependente dos príncipes.

Aqui, dois pontos são relevantes para o debate em tela. Em primeiro lugar, é nesse processo de submissão da pequena nobreza aos grandes príncipes que emerge a figura histórica de Sickingen. É contra esse processo necessário que ele luta e ao qual sucumbe, tanto na história quanto, contra as intenções de seu autor, também no mundo criado de Lassalle. Em segundo lugar, e mais importante, as demandas dos camponeses, que no drama de Lassalle aparecem *parcialmente* pela boca dos seus heróis cavaleiros, como a unidade nacional e a revogação dos encargos e obrigações feudais, figuram ainda entre as reivindicações do partido revolucionário nas lutas de 1848.

Vemos que a análise de Marx é levada ao ponto de propor positivamente uma matéria apropriada, no contexto do século XVI, para figurar como tragédia a derrota, objetivamente trágica, do partido revolucionário (radical) nas lutas de 1848 na Alemanha. Encontra-a na tragédia de Thomas Münzer. O destino de Sickingen, contudo, pode, para Marx, constituir um material para a composição de uma tragédia, quer dizer, carrega em si um elemento de tragicidade. Não é, entretanto, a tragédia do revolucionário (nascido demasiado cedo), e por isso sua história não é um tema adequado para figurar a derrota das lutas de 1848; mas sim pode dar-se à tragédia da classe fadada a desaparecer com o desenvolvimento de uma nova ordem social. Sickingen traz em si um outro tipo de elemento trágico, que acaba por mostrar-se em suas ações, mas não corresponde aos seus anseios e discursos.

Encontrando significativos paralelos do mundo literário, Marx escreve, destacando o verdadeiro elemento trágico do nosso personagem:

Se tirássemos de Sickingen tudo o que lhe diz respeito como indivíduo, suas particulares inclinações, sua educação etc., teríamos Götz von Berlichingen. Nesta figura digna de *lástima* se expressa, adequadamente, a trágica oposição entre, por uma parte, a cavalaria e, por outra, o imperador e os príncipes – e, por isso, Goethe acertou em escolhê-lo como protagonista. (MARX e ENGELS, 2010, 74)

Em *Götz von Berlichingen*,¹⁶ Goethe também toma a história de uma personagem histórico, cavaleiro que enfrenta um príncipe da Igreja, o bispo de Bamberg. É contemporâneo a Sickingen, que aparece na tragédia a seu lado, assim como os inimigos (Palatinado e Tréveris), mas a sua história se passa ainda no reinado de Maximiliano I. Goethe trabalha seu material artisticamente e, assim como Lassalle, não se mantém fiel aos fatos imediatos da vida de seu personagem, transformando-o em vários elementos e sucessos. Contudo, diferentemente dele, em lugar de atribuir a Götz perspectivas progressistas advindas do processo de desagregação do feudalismo, figura nele o seu autêntico elemento trágico: a luta da cavalaria, fadada ao fracasso, a fim de manter a posição social destacada que ocupava ordem feudal. Essa é a essência de Sickingen, neste conflito reside o elemento trágico do seu destino. Isso o caracteriza também como figura digna de lástima.

Mas, na medida em que Lassalle constrói a sua luta como uma luta pelo futuro, atrelando-a a ideais próprios de um novo mundo, faz de Sickingen não um Götz, mas sim um Dom Quixote com justificação histórica:

Uma vez que Sickingen (...) se pronuncia contra os príncipes – já que combate o imperador somente porque este deixou de ser o imperador dos cavaleiros para sê-lo dos príncipes –, ele se torna apenas (ainda que tenha justificação histórica) um Dom Quixote. (Ibid.)

Significa que Lassalle não realiza a autêntica tragédia de Sickingen. Tampouco realiza a autêntica tragédia do revolucionário, já que elege um material inadequado.

Nessa análise, Marx distingue dois tipos ou formas o trágico: da classe em vias de desaparecer, a tragédia de Götz; e do revolucionário cujos ideais não podem ainda se efetivar na história, a tragédia de Münzer. Dom Quixote pertence ao âmbito da comédia, antes de tudo porque sua luta não tem justificação histórica. E o Sickingen de Lassalle é sobretudo um equívoco.

Cabe aqui um comentário sobre a carta de Engels e certa diferença de foco existente entre a sua e a de Marx. Como vimos, Marx parte do problema da adequação do tema do Sickingen à figuração da derrota trágica do partido radical nas lutas de 1848 na Alemanha. Daí afloram as ideias sobre as duas diferentes formas trágicas que constituem contribuições estéticas essenciais do debate. Engels não parte do mesmo problema. É mais do que provável que, ao escrever, ele tivesse em mente a analogia, por dois motivos. Primeiro, pela própria sugestão de Lassalle no seu manuscrito anexo; segundo, e mais importante, porque ele mesmo já propusera a relação entre os dois períodos históricos, como vimos. Mas Engels centra sua comparação, não na revolta da nobreza, como o autor do *Sickingen*, mas sim no movimento camponês.

Contudo, na sua carta, Engels deixa intocada a intenção de Lassalle de retratar com a sua peça a derrota dos revolucionários alemães em 1848. Escreve a sua crítica com o intuito de apontar

¹⁶GOETHE, J. W. *Götz von Berlichingen*. Berlim: Suhrkamp Verlag, 2001. Utilizamos também a tradução espanhola: Goetz de Berlichingen. In *Teatro Selecto 2*. Barcelona: Editorial Cisne, s/d.

os problemas do drama e propor modos de aproximação ao conteúdo histórico e à forma que o tornassem mais realista e artisticamente acabado. Nesse caminho, suas críticas e propostas quase se identificam às de Marx, e trazem em vários pontos desenvolvimentos ausentes na carta desse, mais sintética. Mas, na medida em que não persegue o problema da adequação do tema histórico ao conflito de 1848-49, não há na sua carta a proposta de tomar como tema a tragédia de Münzer. Ao defender que o drama deveria dar maior destaque às lutas camponesas, trazendo-as como fundo concretamente figurado na tragédia, está propondo uma maneira mais realista e rica de dar forma artística ao destino de Sickingen e da nobreza. Com isso, pode-se dizer que a discussão de Engels se mantém no interior do tipo de tragédia que chamamos, nos termos de Marx, do representante da classe agonizante (e não a tragédia do revolucionário “ingênuo”). Propõe *um* modo particular, que não aparece na carta de Marx, de configurar o caráter *verdadeiramente trágico* do destino de Sickingen, para qual considera necessária a figuração da oposição plebeia. Assim, o trajeto de Engels é rico e complementar ao de Marx, mas não traz à tona o problema das diferentes formas trágicas, não propõe uma tragédia do revolucionário.

No que tange à crítica à peça, contudo, a semelhança é notável. Chama a atenção o fato de que Marx e Engels vinculam os erros de compreensão e perspectiva histórica de Lassalle, que poderíamos chamar de erros de “conteúdo”, a um mesmo problema de forma. Tanto Marx como Engels defendem a *shakespearização* da peça. Em Marx, essa defesa advém da proposta de figurar o destino de Münzer; na carta de Engels, envolve a necessidade de representar a multiplicidade de tipos humanos da época, em especial destacar o papel dos camponeses. Assim, esse problema da forma relaciona-se estreitamente com os problemas de conteúdo, em especial a exigência de um maior realismo na apresentação dos movimentos amplos da história.

Em oposição à *shakespearização*, os dois pensadores encontram na peça de Lassalle a tendência à *schillerização*. Essa escolha artística do autor do Sickingen mostra-se decorrente da sua concepção da revolução, que identifica sempre à revolução burguesa. Se tomasse o material de Münzer para a tragédia do revolucionário (Marx) ou se buscasse retratar o elemento autenticamente trágico de Sickingen (Engels), ou, como diz Marx, “reduzir o conflito meramente ao figurado no *Götz von Berlichingen*”, em ambos os casos, para realizar uma tragédia autêntica, a aproximação a meios poéticos de Shakespeare seria necessária. Marx escreve:

Tu te verias obrigado, querendo ou não, a *shakespearizar* muito mais o teu drama – e considero atualmente o teu defeito mais grave o ter escrito *à moda de Schiller*, transformando os indivíduos em simples portadores do espírito da época. (MARX e ENGELS, 2010, 75)

Independente do modo como essa afirmação afeta as obras do próprio Schiller, o que Marx parece referir pela escrita “à moda de Schiller” é a forma como o drama traz os enunciados de grandes ideais pela boca de personagens que carecem de traços individuais característicos. Os ideais

tornam-se abstratos porque não se confirmam nas ações dos personagens, podendo mesmo ser contraditórios com elas, como neste caso. Em verdade, observamos que o caráter revolucionário de Sickingen não poderia aparecer figurado senão por meio dos discursos, já que age sempre como cavaleiro. Vemos também uma dissociação entre a individualidade do personagem e sua condição de classe.

Ao contrário, os meios poéticos designados por “shakespearização” parecem possibilitar que as colisões de classe se representem diretamente pelas ações e destinos de personagens individualmente caracterizados. Engels também distingue esses dois modos do fazer artístico quando salienta que a sua concepção do drama “exige não substituir o realismo pelo ideal, Shakespeare por Schiller”. A figuração, no destino individual, de movimentos sociais amplos requer que tais movimentos concorram para conformar a própria individualidade do personagem, expressa em suas paixões e ações. Nos destinos dos personagens de Shakespeare figuram-se os destinos de classes e instituições inteiras, mas os traços dessas lhes pertencem como traços seus, sem que com isso deixem de mostrar-se como indivíduos únicos, extremos, com elevado nível de paixão que move as suas ações. Trata-se da figuração *sensível, individualizada e ativa* dos movimentos profundos que as regem.

A escolha entre shakespearizar e schillerizar envolve o modo como no individual (personagens, ações) figuram conteúdos que são universais (históricos). De um lado, a individuação aprofundada e a ação como central para o significado universal; do outro, a pouca individuação dos personagens pelo discurso, pela ideia, e a tendência a diminuir a ação e sua função na figuração do universal. Mas as críticas concernentes à *forma* – a inspiração schilleriana – são ao mesmo tempo a crítica ao entendimento histórico de Lassalle: a incompreensão das relações de classe, em particular da nobreza com as cidades e os camponeses, e a noção burguesa de revolução. Esses dois aspectos, o modo de compreender o período histórico e a opção por schillerizar, são entendidos por Marx como interdependentes. Assim, também, a proposta para superar os problemas do drama, quais sejam, figurar com maior proeminência (e corretamente) as lutas camponesas, o movimento plebeu, e shakespearizar são interligadas. No caso do Sickingen, a shakespearização do drama exigiria, antes de mais nada, outra matéria que apenas se abre sobre a base da perspectiva da emancipação social – proletária – como oposta aos ideais do estado burguês. Ao mesmo tempo, a opção por essa outra matéria exigiria a shakespearização.

BIBLIOGRAFIA

ENGELS, F. Engels an Lassalle (18. Mai 1859). In HINDERER, W. (Org.). *Sickingen-Debatte*. Darmstadt: Luchterhand, 1974. Pp. 46-52.

_____. Friedrich Engels a Ferdinand Lassalle (Manchester, 18 de maio de 1959). In MARX, K.; ENGELS, F. *Cultura, arte e literatura – textos escolhidos*. Organização e Tradução José Paulo Netto e Miguel Makoto Cavalcanti Yoshida. São Paulo: Expressão Popular, 2010. Pp. 76-80.

_____. As guerras camponesas na Alemanha. Trad. Eduardo L. Nogueira e Conceição Jardim. In *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. Pp. 35-161.

_____. Revolução e contrarrevolução na Alemanha. Trad. Eduardo L. Nogueira e Conceição Jardim. In *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. Pp. 163-301.

GOETHE, J. W. *Gotz von Berlichingen*. Berlim: Suhrkamp Verlag, 2001.

_____. Goetz de Berlichingen. In *Teatro Selecto 2*. Barcelona: Editorial Cisne, s/d.

LASSALLE, F. *Franz von Sickingen– Eine Historische Tragödie*. Berlim: Verlag von Franz Dunder, 1859.

_____. *Franz von Sickingen– A Tragedy in Five Acts*. Tradução de Daniel de Leon. Honolulu: University Press of the Pacific, 2001.

_____. *Franz von Sickingen–Uma tragedia storica*. Giovanni Scimonello. Tradução de Padova: Editrice Antenore, 1983.

_____. Aufsatz über die tragische Idee des *Franz von Sickingen*. In HINDERER, W. (Org.). *Sickingen-Debatte*. Darmstadt: Luchterhand, 1974. Pp. 20-29.

_____. Nota apensa à carta de Marx, de 6 de março de 1859. In MARX, M e ENGELS, F. *Sobre literatura e arte*. Tradução de Albano Lima. Lisboa: Editorial Estampa, 1974. Coleção Teoria nº 7. Anexo III, pp. 261-270.

_____. Lassalle an Marx und Engels, Berlin, 27 Mai, 1859. In HINDERER (Org.), *Sickingen-Debatte*. Darmstadt: Luchterhand, 1974. Pp. 53-88.

_____. Carta a Marx e Engels de 27 de maio de 1859. In MARX, M e ENGELS, F. *Sobre literatura e arte*. Tradução de Albano Lima. Lisboa: Editorial Estampa, 1974. Coleção Teoria nº 7. Anexo III, pp. 270-276.

LUKÁCS, G. “O debate sobre o ‘Sickingen’ de Lassalle”, in *Marx e Engels como historiadores da literatura*. Porto: Editora Nova Crítica, 1979. Trad. (da edição francesa) Teresa Martins.

MARX, K. Marx an Lassalle (19. April 1959). In HINDERER, W. (Org.). *Sickingen-Debatte*. Darmstadt: Luchterhand, 1974. Pp. 37-41.

_____. Karl Marx a Ferdinand Lassalle (Londres, 19 de abril de 1959). In MARX, K.; ENGELS, F. *Cultura, arte e literatura – textos escolhidos*. Organização e Tradução José Paulo Netto e Miguel Makoto Cavalcanti Yoshida. São Paulo: Expressão Popular, 2010. Pp. 73-76.

_____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*. In MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo: 2006.

_____. *Nova Gazeta Renana*. Tradução de Lívya Cotrim. São Paulo: EDUC, 2010.

_____ *Cultura, arte e literatura – textos escolhidos*. Organização e Tradução
José Paulo Netto e Miguel Makoto Cavalcanti Yoshida. São Paulo: Expressão Popular, 2010.